



SÉRIE **5** DIAS BANCO DE PORTUGAL

Reguladores são uma “plataforma giratória”

Tese de investigadora do Instituto de Ciências Sociais evidencia circulação entre supervisores, supervisionados e cargos públicos.

Área: 1608cm² / 57%

FOTO Titagem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 6884411

SÉRIE 5 DIAS

GOVERNAÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL

Não é uma “porta giratória”, é uma “plataforma”

As relações entre os reguladores do sistema financeiro, os regulados e a política são uma constante. A investigadora Susana Coroado chama-lhes uma “plataforma giratória”.

Pedro Simões



MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

“Plataforma giratória” – é assim que Susana Coroado, investigadora do Instituto de Ciências Sociais, chama à relação entre os reguladores do sistema financeiro, as empresas reguladas, e o poder político. Na sua tese de doutoramento em Ciência Política, a especialista argumenta que o sistema financeiro é o que evidencia mais riscos de “captura” por parte de interesses privados, de entre todos os setores regulados.

“A metáfora da porta giratória pode não se apresentar como a mais rigorosa, na medida em que a circulação de indivíduos não se limita ao movimento empresas reguladas-regulador-empresas reguladas, mas também mistura posições políticas e no setor público, criando o que poderia ser chamado de plataforma giratória”, lê-se na tese de Susana Coroado.

54% dos administradores vão para as empresas que regularam.

Em causa estão os percursos dos administradores do Banco de Portugal (BdP), Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e da CMVM. "51% dos administradores dos reguladores financeiros" vêm do próprio sistema financeiro e 54% vão para as empresas financeiras uma vez terminados os seus mandatos nos reguladores, conclui a investigação de Susana Coroado. Os reguladores financeiros destacam-se dos outros setores de atividade, na medida em que "os seus administradores têm maior probabilidade de encontrar emprego no setor e/ou de ser nomeados para cargos públicos, por vezes em simultâneo", lê-se no relatório.

O laço com a política também é visível, na medida em que "42% dos administradores tiveram funções políticas antes de serem nomeados". Mais: uma vez concluídos os mandatos, muitos dos ex-reguladores que foram para cargos públicos entraram na Caixa Geral de Depósitos.

Regresso pela porta grande

Olhando para a administração do Banco de Portugal apenas durante os dois mandatos de Carlos Costa, há exemplos de escolha direta do Ministério das Finanças para a liderança do banco central, saídas da banca para a supervisão, e quadros do Banco de Portugal que depois de uma experiência fora da instituição regressaram pela porta grande.

Por exemplo, José de Matos, vice-governador que Carlos Costa herda da equipa de Constâncio, tinha sido nos anos 70 técnico

auxiliar no gabinete de estudos e planeamento do Ministério da Educação, e depois técnico superior do Ministério do Comércio Interno. Entre 2000 e 2002 foi diretor do departamento de Mercados e Gestão de Reservas do Banco de Portugal. Em julho de 2002 é nomeado vice-governador, cargo que desempenha até julho de 2011.

Quando sai, para onde vai? Para a banca, mais precisamente para a Caixa Geral de Depósitos, onde fica até agosto de 2016. Em setembro do ano seguinte volta ao Banco de Portugal, como consultor.

Pedro Duarte Neves chegou a vice-governador em maio de 2006 e cumpriu dez anos de mandato. Era quadro do Banco de Portugal, em 1994 e 1995 coordenou o núcleo de Finanças Públicas no departamento de Estudos Económicos do banco central, entre 1995 e 1998 coordenou a área de Economia Portuguesa e entre 1999 e 2004 foi diretor adjunto do departamento. Nesse ano, saiu do banco para a administração da Anacom, a reguladora das comunicações. Quando voltou, entrou pela porta grande: assumiu o cargo de vice-governador do banco central.

Hélder Rosalino é outro exemplo de um quadro do BdP que depois de uma experiência fora do banco regressou em grande. Foi secretário de Estado da Administração Pública entre junho de 2011 e dezembro de 2013. Meses depois de ter regressado ao banco, em setembro de 2014, subiu a administrador,

cargo que mantém até agora.

Mário Centeno será mais um exemplo: foi vice-diretor do departamento de Estudos Económicos do banco central entre 2004 e 2013. Em 2014, tornou-se consultor da administração e em 2015 já fez parte da campanha socialista para as eleições legislativas, que seriam ganhas por António Costa. Tomou posse como ministro das Finanças em novembro de 2015 e manteve-se no segundo Governo de Costa, já quando se sabia que a sua vontade seria ir para o Banco de Portugal. Em junho deste ano demitiu-se das Finanças e, no mesmo mês, foi o escolhido pelo Executivo que acabara de deixar para governador do Banco de Portugal. ■

42%

POLÍTICA

Susana Coroado diz que 42% dos administradores dos reguladores financeiros já tinham tido funções políticas anteriormente.

51%

FINANÇA

51% dos administradores dos supervisores financeiros vinham do próprio sistema financeiro antes de terem sido nomeados.

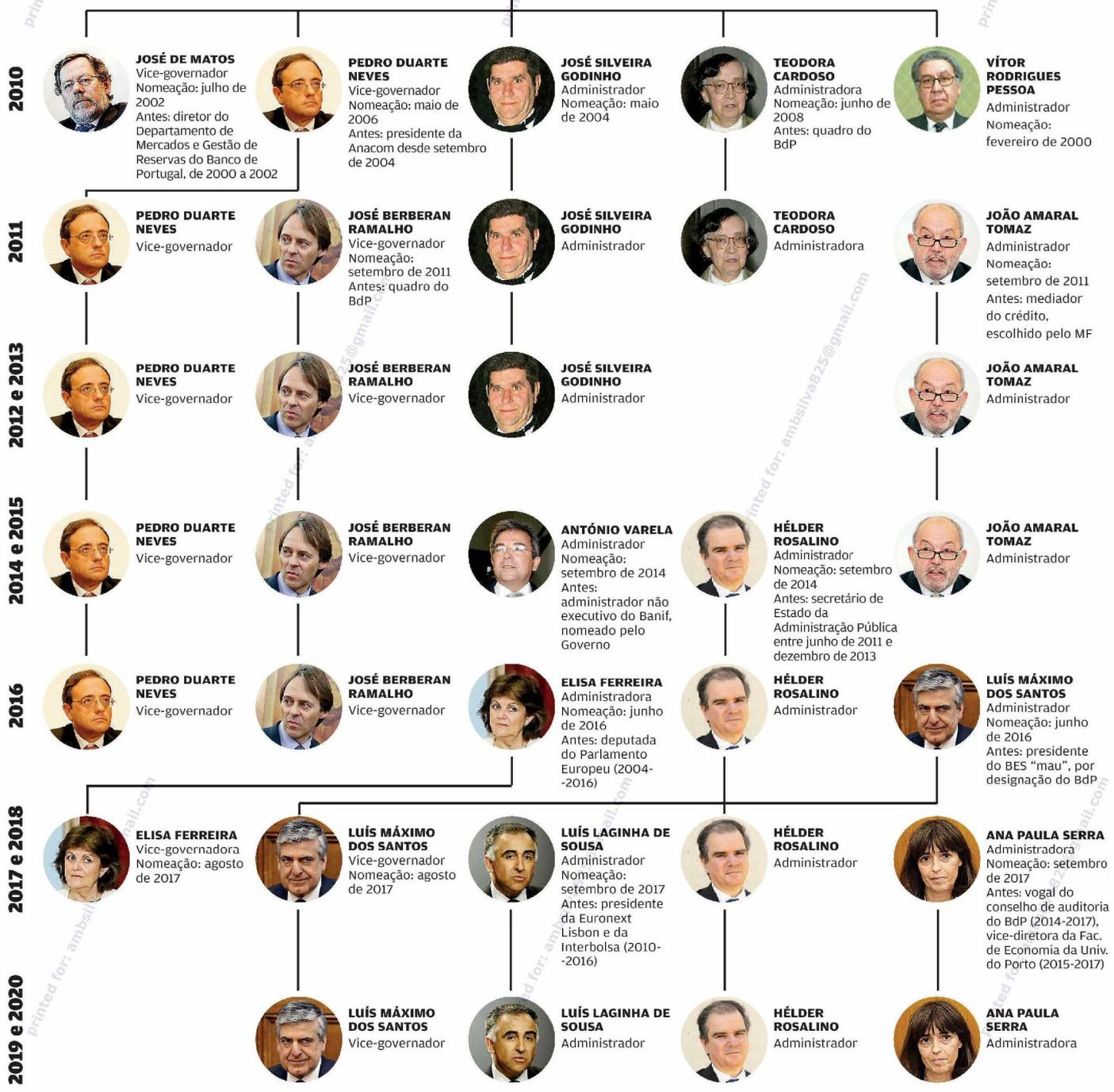


2010-2020



CARLOS COSTA

Governador do Banco de Portugal. Nomeado a 22 de abril de 2010 pelo governo de José Sócrates e reconduzido em 2015 pelo Executivo de Pedro Passos Coelho.



Área: 1608cm² / 57%

Tiragem: 16.981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6884411